

A política pública de economia solidária no Brasil: análise das relações entre Estado e movimento social na construção de ações de geração de trabalho e renda¹

Resultado de investigação finalizada
Grupo de Trabalho 27
Bianca Aparecida Lima Costa

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a conformação da economia solidária no Brasil a partir da constituição de um movimento social com essa temática e a criação de ações de geração de trabalho e renda no Governo Federal. Busca-se compreender os conflitos e convergências deste percurso na afirmação da economia solidária no país, especialmente em relação à promoção de políticas públicas. No campo das organizações sociais, analisa-se a trajetória e as fases do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, que tem representações em todos os estados e cujo objetivo é discutir as políticas e estratégias do movimento, assim como reforçar seus princípios. No âmbito das políticas públicas, ressalta-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes dentro do Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras chaves: economia solidária, políticas públicas, movimento social

1. Introdução

Os debates sobre economia solidária iniciaram-se na década de 1990, em contextos sociais e econômicos diversos e alcançaram visibilidade internacional, principalmente no início dos anos 2000. O tema adquiriu força em ambientes acadêmicos direcionados à pesquisa e à produção teórica e também em espaços da sociedade civil e dos movimentos sociais. Embora os conceitos sobre esse fenômeno não sejam consensuais, as circunstâncias de seu surgimento apresentam algumas convergências. É possível afirmar que mudanças no capitalismo mundial contribuíram para a reativação das discussões sobre formas alternativas de desenvolvimento (Santos & Rodríguez, 2002; Laville, 2006; Singer, 2003a; França Filho, 2006; Quijano, 2002).

Nessa conjuntura, diversos autores destacam a ampliação do pensamento neoliberal em todo o mundo e a crise do socialismo centralizado, como fatores importantes para a reflexão sobre mudanças na organização da sociedade, segundo novos paradigmas (Santos & Rodríguez, 2002; Quijano, 2002). Aliadas a isso, diferentes temáticas foram incorporadas aos movimentos sociais, ampliando seu escopo de lutas e mobilizando atores sociais variados, como os ecologistas, por exemplo (Laville, 2010).

Os debates sobre economia solidária na América Latina, mesmo compartilhando semelhanças com processos de outras regiões, apresentam especificidades importantes em seu quadro analítico e teórico. A análise da abordagem latinoamericana deve privilegiar interpretações que observem o contexto histórico e sociocultural do continente, conforme ressaltam diversos estudiosos (Santos & Rodríguez, 2002; Cunha & Santos, 2011; Coraggio, 2007a).

¹ A apresentação desse trabalho e a participação no Congresso da Alas tem financiamento da Fundação de Amparo à

Como em âmbito internacional, os termos utilizados para denominar essas experiências são diversos, Coraggio (2007a), ao reunir estudos do que ele denomina “economia social da periferia”, identifica os seguintes termos: economia solidária (Gaiger, 2007; Singer, 2007, 2002, 2003a); economia de solidariedade (Razeto, 2007) economia social e solidária (Coraggio, 2007b; Sabaté, 2007), economia popular (Nunez, 2007); economia solidária e popular (Bocayuva, 2007); socioeconomia solidária (Lisboa, 2007), economia do trabalho (Coraggio, 2000, 2007b), economia da vida (Duchrow; Hinkelammert, 2007).

É importante destacar, conforme afirma Coraggio (2007a), que mesmo não havendo um consenso acerca das definições sobre economia solidária na América Latina, é possível reconhecer alguns pontos comuns das principais concepções do continente. Em geral, essa variedade de interpretações, além de estar fundamentada no pressuposto de mudança social, engloba formas microeconômicas de economias organizadas por trabalhadores que se associam para produzir ou comprar coletivamente, seja para prover trabalho e renda, melhorar o poder de negociação, acessar crédito ou mesmo para uso de bens comunitários que melhorem condições ou meios de vida. Essas são formas que, em grande medida, ultrapassam a lógica do mercado por não estarem baseadas na ganância.

No Brasil, o crescimento da economia solidária ocorreu na década de 1990 e as várias edições do Fórum Social Mundial foram fundamentais para a mobilização de diferentes atores sociais em prol dessa temática. O ano de 2003 foi um marco nessa história, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes. Essas duas experiências, que envolveram tanto as organizações da sociedade civil, como o poder público, são responsáveis, em grande medida, pelas características desse movimento no país.

O objetivo desse artigo é analisar a conformação da economia solidária no Brasil a partir da constituição de um movimento social com essa temática e a criação de ações de geração de trabalho e renda no Governo Federal. Sustenta-se a hipótese de que essa configuração possibilitou avanços do ponto de vista organizativo, mas gerou também desafios quanto ao papel dos atores sociais envolvidos nesses processos. Dessa forma, busca-se compreender os conflitos e convergências deste percurso, especialmente em relação à promoção de ações públicas voltadas à geração de trabalho e renda. Os procedimentos metodológicos adotados nesse trabalho compreendem a revisão bibliográfica acerca da temática em questão e a análise documental das instituições envolvidas.

2. Os primeiros passos da economia solidária no Brasil

A experiência brasileira de economia solidária ganhou visibilidade nos últimos anos devido à conformação do movimento social, à inserção da temática em políticas públicas do Governo Federal e à expressão social das iniciativas produtivas presentes em todo o país. Trata-se de uma trajetória que teve início na década de 1980 e que ganhou maior impulso a partir dos anos de 1990.

O contexto para o (re)surgimento dessas iniciativas solidárias compreende a crise de desemprego em massa, na década de 1980, seguida da abertura do mercado interno às importações, o que agravou ainda mais tal cenário (Singer, 2003a). A economia solidária emerge justamente durante as mudanças de forma e sentido do trabalho resultantes da extensão da crise do assalariamento (Pinto, 2006, p. 37).

Lima (2009) afirma que a legitimação teórica da economia solidária no Brasil foi dada por Singer com base no projeto de “uma solução não capitalista para o desemprego” (Lima, 2009, p. 202). No centro dessa proposição estava a formação de pequenos empreendimentos capazes de promover a inclusão de desempregados e trabalhadores que não tinham acesso ao mercado formal. Diversos movimentos sociais e entidades encontraram nessa proposta uma possibilidade de intervenção social e de mobilização. No início de 2000, com o aumento das organizações solidárias, ganham força também

as instâncias de debate público sobre o tema. Embora existam diversas articulações, uma das principais a ser destacada é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem representações em todos os estados e cujo objetivo é discutir as políticas e estratégias do movimento, assim como reforçar seus princípios. Nesses espaços, reúnem-se diversos atores, ou seja, trabalhadores da economia solidária, representantes de entidades de fomento e representantes do poder público.

No mesmo período em que a articulação entre sociedade civil e movimentos sociais foi ampliada, foi criada, com a eleição do presidente Lula, no âmbito do Governo Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa foi uma das primeiras experiências com esse formato no mundo e influenciou de forma significativa a ampliação da visibilidade desse tema no Brasil.

2.1 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária: sentidos e significados de um movimento social em construção em interface com a política pública nacional

O movimento de economia solidária, aqui compreendido a partir da experiência do Fórum Brasileiro, tem sido analisado em diversos estudos. Conforme Gohn (2011), é importante destacar que os anos de 1970 e 1980, na América Latina, foram marcados por processos de redemocratização. Com o fim das ditaduras, passou-se a vivenciar novas experiências em relação aos direitos sociais coletivos e à cidadania. A década de 1990 pode ser caracterizada por mudanças no capitalismo, por uma nova redivisão internacional do trabalho e por processos de reestruturação produtiva. Esse cenário afetou, por exemplo, os sindicatos, o que causou demissões em massa e exigiu novas posturas dos trabalhadores e de suas organizações. Nessa “era da globalização”, novos atores sociais e pautas de lutas entraram em cena, redesenhando, em parte, os movimentos sociais e suas organizações (Gohn, 2011).

Nesse novo ciclo de lutas, a exclusão social e a pobreza tornam-se temas fundamentais, mobilizando atores sociais em prol de alternativas que buscam conectar os aspectos macrossociais às abordagens que priorizavam a vida cotidiana.

É, pois, nessa confluência das reelaborações organizativas e práticas dos movimentos sociais com as transformações das questões conceituais a respeito do trabalho e sua afetação social, que, na década de 1990, constituem-se elementos propícios para que um movimento alternativo de geração de trabalho e renda ganhe espaço e volume, sob o nome de economia solidária (Lacerda & Veronese, 2011, p. 29).

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes, se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (Abers; Bulow, 2011, p. 65).

Abers e Bulow (2011) ressaltam a importância de se compreender a participação de ativistas dos movimentos sociais no Estado. Ou seja, o cruzamento dessa fronteira como fator importante para a construção de políticas públicas. Confluindo com essa argumentação, Diani e Bison (2010) afirmam que os movimentos sociais podem ser considerados também redes de interações informais que mobilizam diferentes indivíduos, grupos ou associações, a partir de uma identidade coletiva compartilhada, engajados em conflitos políticos ou culturais.

Com base nas perspectivas apresentadas, apesar de envolver uma temática nova, não consensual e conflituosa, é possível afirmar a existência de um movimento social de economia solidária no Brasil. Essa articulação contempla diferentes atores sociais em prol da construção de formas de trabalho

associado, autogestionário e com perspectivas emancipadoras. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária pode ser considerado um dos principais expoentes nesse contexto.

O cruzamento entre as ações do FBES e da Senaes fica visível, reforçando a noção de rede e do trânsito entre movimento social e gestão pública. No caso da temática da economia solidária, esses limites institucionais sempre foram tênues. A fim de demarcar os principais acontecimentos e a implicação dos mesmos na consolidação da economia solidária no país, essa trajetória foi dividida em três fases. Cunha (2012), tratando do mesmo quadro, também compreende que há pelo menos dois momentos marcantes nesse processo, em especial, em relação às políticas públicas com esse tema em nível federal.

A primeira fase engloba a construção dos primeiros consensos quanto à identidade do movimento de economia solidária no Brasil e a articulação de seus principais atores sociais. Esse período abarca ainda a relação com a Senaes em seus primeiros anos e o desenho das políticas públicas em nível federal. A segunda é marcada por fortes conflitos e tensões e, compreende o momento de avaliação do FBES, quanto ao seu papel junto ao Governo Federal e suas principais estratégias. Na terceira fase, a conjuntura atual do Fórum é apresentada e a questão primordial gira em torno de seu projeto político para a sociedade.

Atualmente, o FBES envolve mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, mobilizando mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela rede de gestores em economia solidária.

2.1.1 Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária: articulação de atores sociais e a construção dos principais consensos (2001-2006)

Nessa primeira fase do movimento de economia solidária no Brasil, a mobilização para a constituição do FBES foi iniciada em 2001, no processo de preparação do I Fórum Social Mundial - FSM, em Porto Alegre. Um Grupo de Trabalho (GT Brasileiro), do qual faziam parte um conjunto significativo de entidades, em geral, com atuação nacional, se organizou para debater essa temática no evento internacional. Naquele momento, sob o viés de outra globalização, essas entidades se reuniram na primeira edição do FSM que teve a participação de 16 mil pessoas de mais de 117 países. Durante o evento, mais de 1500 participaram da oficina intitulada “Economia Popular e Solidária e Autogestão” (Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES], 2012a).

Esse grupo encarregou-se de elaborar uma identidade minimamente consensual em torno da economia solidária e de planejar a construção de uma organização em nível nacional, considerando diferentes segmentos e atores sociais envolvidos com essa temática. O coletivo elaborou uma carta, em 2002, direcionada ao então presidente Lula, sob o título “Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento” na qual solicitava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esse documento foi aprovado na I Plenária de Economia Solidária, realizada em São Paulo, em dezembro do mesmo ano, com a presença de mais de 200 pessoas, entre trabalhadores de empreendimentos associativos, gestores de políticas públicas e entidades de assessoria e fomento (FBES, 2012a).

Na II Plenária, em janeiro de 2003, também, durante o Fórum Social Mundial, um documento intitulado “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” apresentava propostas mais concretas para a construção de um espaço nacional de articulação dos diferentes segmentos da economia solidária no Brasil. Com mais de 800 presentes, esse espaço definiu a agenda de mobilização de debates, de sensibilização pelas regiões e referendou o GT já constituído como responsável por esse processo (FBES, 2012a).

Em junho de 2003, menos de seis meses depois, realizou-se a III Plenária de Economia Solidária, envolvendo 17 estados e com a participação de mais de 900 pessoas, representantes de

empreendimentos e entidades de apoio, gestores públicos, incluindo o recém-nomeado Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer e representantes do Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, entre outros (FBES, 2003).

Nesse momento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária configurou-se como principal interlocutor da sociedade civil com a Senaes. Além disso, a organização teve o desafio de mobilizar a criação de fóruns regionais e estaduais para sustentação e ampliação do diálogo com as bases do movimento.

Na ocasião da III Plenária, também foi aprovada a carta de princípios do FBES, um documento importante para a articulação dos atores sociais que compõem o movimento e para afirmação de seus valores, identidade de luta e eixos de mobilização. Esse foi o momento de construção dos grandes consensos quanto à economia solidária no país. Mesmo com a diversidade de origem e de dinâmica cultural, a carta apresenta eixos gerais de convergências quanto aos princípios da economia solidária:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza,
- os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2012b).

Essa Plenária de fundação definiu também a composição do FBES organizada a partir de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento. Esse ponto foi polêmico principalmente em relação à incorporação dos gestores públicos como um dos segmentos do fórum. Definiu-se também que os empreendimentos considerados como protagonistas do movimento teriam maior representatividade nas diversas instâncias do FBES.

Segundo essa concepção, o papel das iniciativas econômicas foi definido como central no movimento de economia solidária no Brasil. De acordo com a carta do FBES, para compor o movimento, os empreendimentos econômicos solidários devem estar organizados de forma coletiva, autogestionária e suprafamiliar. As entidades de apoio e assessoria, em geral, são organizações sem fins lucrativos, não governamentais ou universidades. Essas últimas são representadas por meio das Incubadoras Tecnológicas ou grupos de extensão. Elas prestam serviços de apoio e de fomento aos empreendimentos em diferentes níveis de atuação, tais como formação, assessoria técnica, crédito, entre outros.

No segmento de gestores públicos, estão os representantes de governos estaduais e municipais que executam explicitamente programas e projetos voltados à economia solidária. Nacionalmente, esse segmento está representado pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

O FBES definiu eixos de ação que balizaram e ainda balizam, com algumas reformulações, as principais plataformas de ação do movimento. Esses eixos começaram a ser construídos desde a I Plenária, mas se consolidaram no momento de criação, na III Plenária, e vêm sendo revistos em momentos subsequentes. Ao todo foram 7 plataformas trabalhadas: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e tecnologias e organização social da economia solidária.

Os primeiros passos de organização do Fórum são marcados por grandes desafios em relação às políticas públicas, com a criação da Senaes e em relação à expansão do tema da economia solidária no país. Era imprescindível fortalecer as bases e articular os empreendimentos solidários que, em muitos casos, não estavam mobilizados sob tal perspectiva. Isso significou a realização de formação e ampliação das instâncias locais, o que implicava questões de ordem operacional, como pessoas

liberadas para trabalhar na secretaria executiva dos fóruns e também recursos para mobilizações, reuniões e plenárias.

Além disso, o ato que criou a Senaes deliberava sobre a criação do Conselho Nacional, que passou por um período de discussões até sua maturação e instituição, em 2006. Esse espaço representaria, em alguma medida, a institucionalização do diálogo entre Governo Federal e movimento de economia solidária.

Nesse contexto, os primeiros anos de criação do Fórum, a partir de 2003, foram de muitas atividades e de rápida expansão. A elaboração e implementação de políticas públicas consideradas pelo movimento como essenciais ao projeto de economia solidária, começaram a ser executadas, como o caso do mapeamento nacional, ocorrido em 2005 e 2007. Nesse processo, o FBES teve grande participação, em especial, em suas instâncias regionais no desenvolvimento da pesquisa nos Estados. Conforme Cunha (2012), o Fórum ocupou um papel de interlocutores privilegiados a Senaes na construção dessas ações públicas. Segundo a autora, a equipe da Senaes, desde o início, tinha por opção o fortalecimento do Fórum Brasileiro como a principal instância de articulação da diversidade da economia solidária. A ideia era de que um movimento forte e articulado contribuiria para a expansão e institucionalização da política pública. Uma das primeiras ações da Secretaria foi justamente o apoio à sustentação do Fórum e suas instâncias estaduais, inclusive contribuindo para sua criação em lugares em que elas não existiam. Por outro lado, havia também questionamentos quanto ao papel do FBES como interlocutor, em especial, pela sua fragilidade e recente articulação. Essas tensões eram evidenciadas por integrantes do Fórum que temiam pelo aparelhamento do movimento. Apesar dessas questões, foi criado um Conselho interlocutor que representava o espaço de diálogo entre Senaes e FBES.

No entanto, o avanço e a disseminação da economia solidária nos Estados e a ampliação da mobilização de empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos geraram diferentes conflitos no âmbito do movimento. O elemento primordial para o início do que foi caracterizado como segunda fase do FBES é a constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária, em 2006, processo que será apresentado na próxima seção.

2.2.2 Representação, participação social e conflitos: repensando a prática (2006-2010)

Os primeiros anos de atuação do Fórum e da Senaes, a partir de 2003, foram marcados pela elaboração e execução de diferentes ações, projetos e programas. Esse foi um período de aprendizado e ao mesmo tempo de construção. No âmbito do MTE, a economia solidária se configurava como um diferencial no que se relaciona à questão do Trabalho, Emprego e Renda.

A composição do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado no mesmo decreto da Senaes, foi negociada até 2006, quando foi possível, depois de muitas discussões, a indicação de seus membros. A discussão foi intensa, especialmente, em relação aos indicados pela sociedade civil. Uma das principais polêmicas, segundo Cunha (2012), era a indicação ou não de algumas entidades, como a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, entidade de representação do cooperativismo dito tradicional.

Em meados de 2007, com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, logo após a primeira Conferência Nacional, a interlocução do FBES com o governo se alterou. Essa instância institucionalizada, composta pela sociedade civil e pelo governo modificou o papel do Fórum como interlocutor na política pública nacional. E na tônica de repensar seu papel perante o Governo, a IV Plenária começou a ser articulada, voltada para as prioridades internas do movimento, a conformação de seu projeto político e o fortalecimento de suas bases. Muitos projetos estavam em curso, muitos atores novos haviam sido mobilizados e alguns desmobilizados. A economia solidária, a partir do

impulso da política nacional, começou a chegar a diferentes municípios em forma de ações governamentais e na constituição de leis de fomento.

A reestruturação fora diagnosticada como prioridade nas instâncias de Coordenação do FBES, e seus processos de mobilização confrontavam-se com os desafios de ativar dinâmicas orgânicas dos fóruns locais – que, em muitos estados, não passavam de algumas pessoas de referência, e mesmo os fóruns estaduais em muitas UFs não estavam ativos, além de não contarem com equipes liberadas e/ou infraestrutura física. A partir das discussões e encontros nos territórios, a proposta era mobilizar plenárias estaduais que preparassem para uma IV Plenária Nacional – inicialmente planejada para 2007, mas que acabou se viabilizando só em 2008 (CUNHA, 2012, p. 249).

Em março de 2008, foi realizada a IV Plenária do FBES com o tema “Outra economia construindo outros desenvolvimentos”. Esse momento marcou a segunda fase, pois ressaltou, de forma mais clara, as bandeiras e eixos de lutas do Fórum, revisando suas ações prioritárias nos eixos de Produção, Comercialização e Consumo solidário; Formação; Finanças Solidárias; Marco Legal. Diferente do momento de conformação do Fórum, em que as prioridades estavam em fase de construção, nesse momento, o movimento conseguiu sistematizar e priorizar ações de maneira mais concreta.

Além dos debates acerca das bandeiras, o Fórum avançou na definição do seu papel social como “[...] um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos” (FBES, 2008, p. 7).

A plenária também avançou, definindo, de forma mais precisa, quais eram os empreendimentos, passando a exigir comprovações para participação nos fóruns locais. A participação dos gestores foi reafirmada a partir da participação dos mesmos em rede. Nesse sentido, o Fórum aprofundou a concepção de empreendimentos de economia solidária, estabelecendo critérios mais claros.

As estratégias prioritárias para o triênio de (2009-2011) do FBES foram definidas como fortalecimento político e organizacional dos Fóruns estaduais, microregionais e municipais, visando a uma maior integração e interiorização do movimento. Outro enfoque foi a consolidação dos empreendimentos a partir de redes e cadeias no campo da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias. Da mesma forma, destacou-se a incidência nas políticas públicas, em especial, sob a perspectiva de outro modelo de desenvolvimento.

As relações com outros movimentos e atores da sociedade civil, em consonância com as proposições da economia solidária, tornaram-se prioridade, assim como articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina. Outra preocupação foi a busca por sustentabilidade dos fóruns nacional e local, por meio de estratégias de autofinanciamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional.

De acordo com Cunha (2012), a nova fase do FBES será marcada pelas mudanças em relação às dinâmicas de interação com a Senaes, com tensões entre as duas partes. A instalação do Conselho representará a perda de força do Fórum na construção conjunta das políticas públicas que era predominante no período anterior. A etapa foi considerada menos participativa. A autoavaliação iniciada em 2006 evidenciou a necessidade de reestruturação e rediscussão da composição do Fórum, sua forma de funcionamento e seus conteúdos prioritários.

Nesse momento, apesar do ponto de vista otimista que poderia se exprimir mediante a construção conjunta de políticas públicas, Cunha (2012) destaca que o balanço interno do FBES indicava que essa construção havia sido feita de forma desigual. Mesmo com o reconhecimento de certos avanços, alguns tensionamentos ficaram claros e, no geral, com a percepção de fragmentação e pouca integração entre as ações. Com a instituição do Conselho Nacional, mesmo que mais da metade dos conselheiros fossem indicados pelo FBES, esse se caracteriza como outro espaço de participação

marcado pelas disputas de projetos e mobilizações. A força do movimento passa a compreender sua capacidade de realizar proposições e defendê-las no âmbito do CNES.

Em resumo, essa fase do FBES foi marcada pela reflexão quanto à atuação do movimento social em relação às políticas do governo federal, a partir da criação do Conselho Nacional. Outro ponto fundamental desse período compreende a reestruturação interna do Fórum que colocou em debate a articulação de forças entre os fóruns estaduais e algumas entidades nacionais. A IV Plenária se configurou como o auge dessa disputa interna e marcou a separação do projeto de algumas organizações para o reforço das instâncias estaduais, compreendidas na diversidade dos fóruns regionais.

2.2.3 Relação entre o Estado e o movimento social: repensando o projeto político para a sociedade

A terceira fase do FBES começa a se delinear especialmente a partir da mudança no Governo Federal. Com a eleição da presidente Dilma Rousseff, a economia solidária se torna um tema ainda mais importante no que diz respeito à erradicação da extrema pobreza. Essa adequação direciona os programas e ações da economia solidária para os beneficiários do Programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico. Ao mesmo tempo, percebe-se também a ênfase nas ações voltadas ao empreendedorismo, englobando, em especial, os microempreendedores individuais.

Em 2011, o governo lançou o Projeto de Lei 865 que propunha a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa que passaria a ter atribuições relacionadas à economia solidária, com a transferência da Senaes e do Conselho para essa nova pasta.

Em diversos documentos e atos, o Fórum Brasileiro demonstrou sua insatisfação quanto à falta de diálogo do governo com a sociedade civil, com o Conselho e com a Senaes em relação à mudança proposta. O movimento se manifestou contrário à nova proposição. Para ampliar essa discussão, os fóruns estaduais mobilizaram audiências públicas, no período de maio a junho de 2011, com a participação de diferentes atores sociais e com o apoio das frentes parlamentares de Micro e Pequena Empresa e da economia solidária. Nesse período, foram realizadas 23 conferências, reunindo cerca de 2.500 pessoas.

Nas audiências, atores da economia solidária, em sua maioria, reafirmaram as diferenças em relação às micro e pequenas empresas, especialmente quanto às estratégias de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Buscou-se ressaltar que os empreendimentos atuam sob caráter de emancipação social e, também, lutam contra a pobreza, destacando suas articulações com outros temas como agroecologia, segurança alimentar, saúde mental, moradia urbana, entre outros. O FBES também recebeu apoio de diferentes instituições contra tal proposta, inclusive em âmbito internacional.

Com base nas proposições advindas de todo o Brasil, foi apresentado ao governo um documento que sintetizava as principais diretrizes do FBES em relação ao Projeto de Lei. A proposta continha dois apontamentos gerais: o da criação de uma Secretaria de Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Econômico (ideia sempre reforçada nas Conferências) ou, se isso não fosse possível, a ampliação das ações e o fortalecimento da Senaes no espaço que lhe fosse atribuído.

Após intensa mobilização e debates, o PL 865 foi retirado da pauta do Governo e a Senaes permaneceu no Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, nas avaliações de algumas lideranças do Fórum, essa atitude foi audaciosa e gerou conflitos internos no movimento. É desse momento político que nasce a V Plenária, buscando fortalecer a economia solidária externamente e consolidar sua identidade política e social como movimento.

Com o tema “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, a Plenária teve como intenção aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário.

Trata-se de uma opção de organização popular e luta emancipada dos trabalhadores associados segundo uma proposta transversal e interligada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista. Os debates foram organizados em três dimensões: Orientação política do movimento; Orientação das ações do movimento; Organicidade do movimento.

Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto, é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e setores nos aliamos. Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade. Buscando construir estratégias que nos ajudem a identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia (FBES, 2012c).

É importante salientar que o movimento de economia solidária, nesse momento, visa discutir, como em outras plenárias, suas ações prioritárias e formas de organização, mas foca no caráter político do movimento, o que pode ser uma tentativa de reafirmar sua identidade. O documento base da Plenária destaca a economia solidária como um movimento contra o capitalismo, em prol de uma nova sociedade e organização social, política e econômica. Para tanto, é preciso ampliar diálogos, articulações e alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

3. Considerações finais

Após cerca de 10 anos de construção, não só do movimento, mas também de uma política nacional, compreender como esses atores sociais construíram essa trajetória no Brasil apresenta-se como algo propício nessa conjuntura de reflexão. É importante salientar que essa é uma nova fase do movimento que busca repensar suas ações de forma mais independente das políticas nacionais e reforça seu caráter político. O processo ainda está em construção, mas torna-se cada vez mais evidente a mudança de caminho do FBES. A viabilidade desse projeto no contexto atual ainda não é clara, principalmente no que diz respeito às estruturas e mobilização do Fórum nos Estados e municípios.

Ao considerar a experiência do Brasil no campo da economia solidária, é fundamental destacar a articulação entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais e construção das políticas públicas nacionais. Por outro lado, apesar da expressão social que ganhou tal trajetória no país, esse foi um caminho de conflitos e convergências em que a participação social foi de extrema importância. Observa-se que há ainda uma longa trajetória por vir, em especial na definição de prioridades e orientações de ambas instituições.

4. Referências Bibliográficas

ABERS, R. & BÜLOW, M. V. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez.

BOCAYUVA, P. C. C. (2007). Economía solidaria y la nueva centralidad del trabajo asociado. In: CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, p. 241-270.

CORAGGIO, J. L. (2000). Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G., LARA, F. & COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, p. 91-132.

CORAGGIO, J. L. (2007). Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. In: CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 165-194.

CUNHA, G. C. & SANTOS, A. M. (2011). Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, P. & SANTOS, A. M. (Orgs.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Altamira, p. 15-56.

CUNHA, G. C. (2012). *Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)*. 2012. 472p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília.

DIANI, M. & BISON, I. (2010). Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, janeiro-julho.

DUCHROW, U. & HINKELAMMERT, F. J. (2007). Un mundo diferente es possible. La reconstrucción del régimen de propiedad des abajo, en la perspectiva de la vida y del bien. In: CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, p. 339-396.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2003). *III Plenária Nacional de Economia Solidária: relatório*. Brasília: FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=112&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2006). *A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil*. Brasília: FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216>. Acesso em: Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2008). *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: relatório final*. Brasília: FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2012a). *Histórico*. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 12 de maio de 2012a.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2012b). *Carta de princípios*. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 12 de maio de 2012b.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2012c). *Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Brasília: FBES.

Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=474&dir=DESC&order=date&Itemid=216&limit=10&limitstart=70>. Acesso em: 12 de agosto de 2012c.

FRANÇA FILHO, G. C. (2006). Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A. & MAGNEN, J.P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 259-268.

GOHN, M. G. (2011). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola. 391p.

LACERDA, L. F. B. & VERONESE, M. V. (2011). Trabalho e movimentos sociais: suas influências na emergência de práticas alternativas de geração de trabalho e renda. São Leopoldo, *Otra Economía*, São Leopoldo, n. 5, v. 8, p. 19-34.

LAVILLE, J.L. Ação pública e economia solidária na França. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A. & MAGNEN, J.P. (2006). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 19-21.

LAVILLE, J.L. (2010). Économie solidarité: esquisse d'une problématique. In: LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). **L'économie solidaire: Une perspective internationale**. Paris: Pluriel, p. 11-76.

LIMA, J. C. (2009). Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a consituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. P. (Orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, p. 195-226.

LISBOA, A. M. (2007). Economía solidaria: una reflexión a la luz de la ética cristiana. In: CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, p. 373-396.

MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. (2010). *II Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: MTE/Senaes. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf>. Acesso em: Acesso em: 12 de maio de 2012.

NÚÑEZ, O. S. (2007). La economía popular, asociativa y autogestionaria. In: CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira. p. 111-144.

PINTO, J. R. L.(2006). *Economia solidária*. De volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 195p.

QUIJANO, A. (2002). Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 475-512

RAZETO, L.(2007). La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira. p. 317-338.

SABATÉ, A. M. F.(2007). Es posible otra economia? El caso de las asambleas vecinales y la recuperación de empresas en la Argentina reciente. In: CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, p. 271-316.

SANTOS, B. S. & RODRÍGUEZ, C. (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SINGER, P. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 81-131

SINGER, P. (2003). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. R.. (Orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p.11-30.